



GOVERNO MUNICIPAL
SANTO ANTÔNIO DO LESTE
Continuidade do progresso, de mãos dadas com o povo!
Gestão 2021/2024

PARECER JURÍDICO Nº 099/2022

P.M.S.A.L
FLS Nº 92
RUB 204

Consultante: Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Assunto: Licitação e Contratos Administrativos

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DISPENSA DE LICITAÇÃO. HIPÓTESE LEGAL. PREVISTA NO ARTIGO 24, II, DA LEI Nº 8.666/93. CONTRATAÇÃO INFERIOR A R\$ 17.600,00. VIABILIDADE JURÍDICA. PROCEDÊNCIA.

I – RELATÓRIO

Cuida-se de Processo Administrativo nº 056/2022 – Dispensa de Licitação nº 021/2022, o qual possui como objeto a “Aquisição de materiais para o centro de reabilitação e fisioterapia, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde”, conforme solicitação do Secretária Municipal de Saúde, Marcos da Silva Alves.

Analisando o processo, tem-se que a justificativa para a referida contratação se dá pela necessidade de atender ao centro de reabilitação e fisioterapia municipal, subsidiando-se o tratamento de pacientes com necessidades especiais e/ou limitações físicas.

Consta do presente processo, que a contratação se dará com base no fundamento no artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93.

G.



Integram os autos os seguintes documentos: Solicitação de realização de Licitação assinada pelo Municipal de Saúde, Termo de Referência, Justificativa para Contratação Direta, Verba Orçamentária, Quadro de Cotações e Orçamentos, Minuta do Contrato, Documentação relativa à Habilitação da proponente vencedora, entre outros.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, insta consignar que o presente Parecer Jurídico, embora no caso em apreço possua obrigatoriedade legal na emissão, este possui caráter meramente opinativo, ou seja, não sobrepõe o poder discricionário do Chefe do Poder Executivo, tendo tão somente a finalidade precípua de elucidar, informar, sugerir providências a serem estabelecidas e/ou condutas a serem praticadas pela Administração Pública, como define o nobre doutrinador Helly Lopes Meirelles, *in verbis*:

[...] Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinatória, negocial ou punitiva. (MEIRELLES, 2010, p. 197).

Cumpre anotar que a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 38, parágrafo único, estabelece a imprescindibilidade do parecer jurídico realizado pela assessoria jurídica ou órgão equivalente do contratante, para que este analise a legalidade do procedimento, bem como a minuta dos contratos que serão firmados entre as partes, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: (...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.



GOVERNO MUNICIPAL
SANTO ANTÔNIO DO LESTE
Continuidade do progresso, de mãos dadas com o povo!
Gestão 2021/2024

P.M.S.A.L

FLS Nº 94

RUB 011

A contratação por parte da municipalidade, em regra, será precedida por processo licitatório, garantindo a lisura e a isonomia na disputa entre os possíveis fornecedores. Contudo, há algumas situações em que o processo licitatório será dispensável, conforme os termos do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, porém garantindo os princípios anteriormente citados.

Pois bem, analisando o processo administrativo *in tela*, se tem que a futura contratação encontra-se enquadrada na exceção prevista no artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93, o qual disciplina que:

"(...) Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

A vantagem econômica à Administração Pública se observará através da apresentação do balizamento de preços, sendo este realizado, preferencialmente, pelos valores contratados do objeto licitado por órgãos da Administração Pública, não sendo admitido, tão somente orçamentos de propensos contratados para executar o serviço, conforme a Resolução de Consulta nº 20/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, *in verbis*:

Ementa: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. REEXAME DA TESE PREJULGADA NA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41/2010. LICITAÇÃO. AQUISIÇÕES PÚBLICAS. BALIZAMENTO DE PREÇOS. 1) A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas. 2) Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei.

Analisando detidamente o processo administrativo *in casu*, se vê que foram apresentados 03 (três) orçamentos privados para a aquisição da Gaiola de Habilidades Completa, e



F.M.S.A.L
FLS Nº 86
RUB DV

GOVERNO MUNICIPAL
SANTO ANTÔNIO DO LESTE
Continuidade do progresso, de mãos dadas com o povo!
Gestão 2021/2024

02 (dois) orçamentos privados para a aquisição dos cintos de couro suspensão, o que nos permite adotá-los como parâmetro.

Pois bem, analisando o artigo 23, II, "a" da Lei nº 8.666/93, o qual define os valores para a realização de convite para compras e serviços, tem-se que através do Decreto Federal nº 9.412/2018, os valores para tal sofreram mutação, passando a ter o seguinte limite: R\$ 176.000,00.

Assim, ante à limitação para dispensa em razão do valor, ser 10% do valor estimado para o convite, tem-se que é dispensável a licitação nas contratações públicas até o valor de R\$ 17.600,00.

Em continuidade na análise do processo administrativo que culminará nas futuras contratações *in tela*, temos que as proposta mais vantajosas à municipalidade foram apresentadas pela empresa FERROEQUIPA EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS LTDA, a qual apresentou a proposta para o item Gaiola de Habilidades Completa no valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais), e para os itens Cintos de Couro Suspensão XP, P e M, no valor de R\$ 440 (quatrocentos e quarenta reais) cada, os quais somados geram o valor de R\$ 14.520,00 (quatorze mil e quinhentos e vinte reais).

Quanto à lisura e isonomia entre possíveis fornecedores, se vê que os setores desta municipalidade atuaram preservando integralmente esses princípios, uma vez que fora realizado 03 (três) orçamentos em empresas distintas para a aquisição da Gaiola de Habilidades Completa, e 02 (dois) orçamentos em empresas distintas para a aquisição dos cintos de couro suspensão com o fim de obter a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Analisando as documentações apresentada pela possível proponente mais vantajosa a esta municipalidade, tem-se que a mesma possui todas as certidões negativas necessárias para firmarem os contratos administrativos.

Compulsando detidamente a presente minuta contratual, se vê que a mesma se encontra em perfeita conformidade ao disposto no artigo 55 da Lei nº 8.666/93, prevendo todas as cláusulas necessárias a um contrato administrativo, não sendo necessária proceder qualquer tipo de alteração.



GOVERNO MUNICIPAL
SANTO ANTÔNIO DO LESTE
Continuidade do progresso, de mãos dadas com o povo!
Gestão 2021/2024

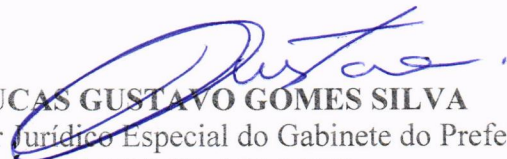
Por fim, registra-se a análise do processo sob o prisma estritamente jurídico, não competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

III – CONCLUSÃO

Desta feita, tendo em vista os aspectos de juridicidade, este Assessor Jurídico signatário opina favoravelmente ao prosseguimento do Processo Administrativo nº 056/2022 – Dispensa de Licitação nº 021/2022, com a sua pronta ratificação.

É o parecer.

Santo Antônio do Leste – MT, sexta-feira, 29 de abril de 2022.


LUCAS GUSTAVO GOMES SILVA
Assessor Jurídico Especial do Gabinete do Prefeito
OAB/MT nº 30.050/O